

SUMÁRIO

Introdução – MINERAÇÃO: SIMPLES NA APARÊNCIA, COMPLEXA NA ESSÊNCIA	19
1 Introdução	19
2 Brasil, líder mundial da mineração 2010-2020	20
3 A mineração e o desenvolvimento das comunidades próxi- mas às minas	22
4 A jazida mineral, uma inovação tecnológica radical	25
5 Nós, os nanorrobôs e a mineração do futuro	29
6 CFEM – A necessidade da revisão de seus dispositivos ..	30
6.1 A CFEM, a armadilha do “velho” ium e o conceito de beneficiamento	30
6.2 O conceito de produto mineral	32
6.3 O STF e a CFEM	32
7 Mineração em terras indígenas: um tema na ordem do dia	34
8 A questão quilombola e a mineração	38
9 O PAC e a mineração brasileira	39
10 O desafio da energia e o carvão mineral nacional	41
11 O setor automobilístico, o Brasil e a mineração	43
12 A mineração, o humano e o pensar o futuro	44
13 Conclusão	46
14 Bibliografia	46
Capítulo 1 – PRINCÍPIOS DE DIREITO MINERÁRIO BRASILEIRO	47
1 Uma Disciplina Autônoma?	49
2 Complementaridade em face de outros Ramos do Direito ..	52

3	Princípios de Direito Minerário	54
4	Princípio do Interesse Nacional e Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Interesse Privado	56
5	Princípio da Soberania Permanente sobre os Recursos Naturais	59
6	Princípio da Dualidade da Propriedade	62
7	Princípio da Prioridade	65
8	Princípio da Compatibilidade Ambiental	67
9	Princípio da Função Social da Propriedade Mineral	70
10	Comentários Finais: o Futuro do Direito Minerário	73
11	Bibliografia	75
Capítulo 2 – Mineração: Regulação e Concorrência		77
		78
1	Introdução	82
2	A Regulação da Mineração no Brasil	90
3	A mineração sob a ótica das autoridades concorrenciais ..	91
4	Conclusão	
5	Bibliografia	
Capítulo 3 – DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES MINERÁRIAS EM ÁREAS DOTADAS DE INTERFACES TERRITORIAIS COM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS		93
1	Introdução	93
2	O art. 216, § 5º da Constituição da República e a possibilidade de execução de atividades minerárias nos sítios reivindicados ou que estejam sob titularidade dos Quilombolas	101
3	Mineração e geração de energia elétrica: uma comparação necessária no tocante aos pressupostos de interesse ou utilidade pública, justificadores do deslocamento de comunidades remanescentes de antigos quilombos	103
4	A interpretação da regra consignada no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CR/1988 nos	

	casos em que os grupos beneficiários já exerçam relações de domínio sobre os imóveis que ocupam	107
5	O direito à terra previsto no texto constitucional confrontado com a hipótese de reassentamento das populações quilombolas em áreas equivalentes	108
6	Os instrumentos jurídicos à disposição do minerador para obter a disponibilidade dos imóveis necessários às atividades de lavra e suas relações com as cláusulas de inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade inseridas nos títulos coletivos outorgados na forma do Decreto n. 4.887/2003	112
7	Conclusões gerais e articuladas	113
8	Bibliografia	115
	Capítulo 4 – MINERAÇÃO NO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA: NOVAS DIRETRIZES DA LEI N. 11.428, DE 22/12/2006	119
1	Introdução	119
2	Os contornos da utilidade pública da mineração e a impossibilidade de conversão de uso do solo em fragmentos primários da Mata Atlântica	121
3	O pressuposto da inexistência de alternativa locacional e a extensão das atividades de lavra	123
4	Exigência de licenciamento ambiental mediante prévio EIA/RIMA: Hermenêutica e aplicação	127
5	O novo regime disciplinar de uso e conservação da Mata Atlântica e o instituto da anuência prévia do IBAMA	133
6	A medida compensatória prevista no art. 32, inciso II da Lei da Mata Atlântica	134
7	Conclusões gerais e articuladas	136
8	Bibliografia	137
	Capítulo 5 – A LEGALIDADE DA CESSÃO DO DIREITO DE PRIORIDADE: DA VEDAÇÃO À TRANSFERÊNCIA PELA PORTARIA DO DIRETOR-GERAL DO DNPM N. 199/2006	139

1	Introdução	139
2	Do Direito de Prioridade à obtenção da autorização de pesquisa	145
3	Da legalidade da cessão do Direito de Prioridade	150
4	Da vedação de transferência do Direito de Prioridade pela Portaria do Diretor-Geral do DNPM n. 199/2006	154
5	Conclusão	157
6	Bibliografia	159
Capítulo 6 – DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO DE OUTORGA DE DIREITOS MINERÁRIOS		161
1	Introdução	161
2	Teoria dos direitos e garantias fundamentais	162
3	Processo de outorga de direitos minerários	168
4	Conclusão	175
5	Bibliografia	175
Capítulo 7 – DA DISPENSA DE ANUÊNCIA PRÉVIA DO ÓRGÃO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA OUTORGA DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA MINERAL		177
1	Proteção do meio ambiente e a atividade econômica	177
2	Determinação de espaços específicos a serem protegidos	179
3	Tipos de Unidades de Conservação	181
4	Recursos minerais: bens da União e a competência exclusiva para outorga de seu aproveitamento	183
5	Unidades de Conservação de Uso Sustentável: a compatibilização da conservação da natureza e a atividade de pesquisa mineral.	187
6	Do equívoco do DNPM em exigir assentimento prévio de órgão gestor de Área de Proteção Ambiental – APA para a outorgada da autorização de pesquisa	189
7	Bibliografia	195

Capítulo 8 – AÇÃO DE AVALIAÇÃO DE RENDA PELA OCUPAÇÃO E DANOS E PREJUÍZOS PARA A PESQUISA MINERAL	197
1 Pagamento das indenizações e da renda: voluntária ou contenciosa?	200
2 Bibliografia	206
Capítulo 9 – GUIA DE UTILIZAÇÃO EVOLUÇÃO HISTÓRICA, REGULAMENTAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA	207
Capítulo 10 – SERVIDÃO DE MINA; INSTRUMENTO VIABILIZADOR DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO	219
Bibliografia	233
Capítulo 11 – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA MINERAL: OBRIGAÇÕES DO TITULAR E PRAZO PARA APRESENTAR RELATÓRIO FINAL	235
1 Introdução	235
2 Da autorização de pesquisa mineral	241
3 Das obrigações do titular da autorização de pesquisa.	246
4 Do prazo para a apresentação do Relatório Final de Pesquisa	249
5 Bibliografia	258
Capítulo 12 – CESSÃO TEMPORÁRIA E CONCESSÃO DE LAVRA: A PORTARIA N. 259/2008	261
1 Introdução	261
2 Da cessão temporária do direito minerário	263
3 A Portaria do Diretor-Geral do DNPM n. 269/2008	266
4 Bibliografia	276

Capítulo 13 – A PARTICIPAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO SOLO NOS RESULTADOS DA LAVRA DE MINA MANIFESTADA	277
1 Do manifesto de mina	277
2 Do direito de participação nos resultados da lavra	283
3 Direito adquirido	288
4 Conclusão	290
5 Bibliografia	291
Capítulo 14 – A AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL NO REGISTRO DO IMÓVEL	293
1 Introdução	293
2 A Reserva Legal	294
3 A natureza jurídica da Reserva Legal	297
4 O registro de imóveis no direito brasileiro	301
5 A necessária averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel rural a que se vincula	304
5.1 Inexistência de efeito constitutivo da obrigação de respeitar a Reserva Legal	304
5.2 Especialização da área de Reserva Legal: atribuição da administração pública e não ao serviço registral .	305
5.3 Averbação da área de Reserva Legal: efeito publicizador de sua especialização locacional	308
6 Conclusões articuladas	310
7 Bibliografia	311
Capítulo 15 – APROVEITAMENTO MINERAL SEM AUTORIZAÇÃO: RESPONSABILIDADES PENAL, ADMINISTRATIVA E CIVIL	313
Bibliografia	325
Capítulo 16 – DESATIVAÇÃO DE MINAS	327

Resumo	327
1 Introdução	328
2 Perspectiva do tema	330
3 Enfoque do tema em diversos países da América	335
3.1 Estados Unidos	335
3.2 O modelo canadense	337
3.3 Áreas de mineração abandonadas	337
3.4 América Latina	338
3.5 Brasil	339
4 Experiência brasileira – a mineração na cidade de Itabira – do empirismo à adequação legal	347
4.1 Notícias históricas de Itabira	347
4.2 A criação da CVRD	352
4.3 A atividade da CVRD em Itabira e suas relações com o Município	353
4.3 A desativação da Mina do Cauê	363
4.4 O caso Bone Terre/USA	363
5 Desmistificação das relações empresa x comunidade x go- vernos – um novo rumo	365
6 Conclusão	366
7 Bibliografia	369